

Artigos Originais

A INFLUÊNCIA DA ESCOLA NA ALIMENTAÇÃO E NA ATIVIDADE FÍSICA DA CRIANÇA

Original Articles

THE INFLUENCE OF SCHOOL IN CHILD NUTRITION AND PHYSICAL ACTIVITY

Ana Paula Franco Mayer*

<http://lattes.cnpq.br/0635697216516632>

anapaulafranco1@yahoo.com.br

Lidia Dobrianskyj Weber**

<http://lattes.cnpq.br/3774116496575393>

lidiaw@uol.com.br



CAMINE: Cam. Educ. = CAMINE: Ways Educ., Franca, SP, Brasil -
eISSN 2175-4217 - está licenciada sob [Licença Creative Commons](#)



RESUMO

Este estudo buscou verificar a prevalência de sobrepeso e obesidade em escolares de 5ª e 6ª série em duas escolas públicas e a utilização de práticas de prevenção e controle do sobrepeso e obesidade infantil. Para isso, foram verificados o peso e a altura das crianças para o cálculo do índice de massa corporal e também foi realizada uma entrevista semiestruturada, com base na literatura, com o diretor de cada escola. Os resultados apontam que 13% das crianças estão com sobrepeso e 5%, com obesidade. Quanto às escolas possuírem ou não medidas para o controle do sobrepeso e obesidade infantil, constatou-se que nenhuma delas possui diretamente meios para o controle desse fenômeno. Um fator considerado positivo é que as duas escolas relatam que estão preocupadas com uma alimentação equilibrada e com a prática de atividade física como algo pertencente ao dia a dia das crianças. Entende-se que essa preocupação sinaliza a oportunidade para a inclusão de políticas públicas voltadas ao controle do excesso de peso das crianças. Uma possibilidade para esse controle é a construção de hortas e pomares de frutas e a realização de palestras informativas para professores, pais e crianças, pois a infância é o melhor momento para a prevenção e obtenção de resultados positivos para o controle da obesidade.

Palavras-chave: sobrepeso. obesidade. escola

* Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

** Docente – Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal do Paraná (UFPR).
Doutorado em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP).

ABSTRACT

This study aimed to determine the prevalence of overweight and obesity among schoolchildren in 5th and 6th grade of two public schools and the use of prevention and control practices of childhood overweight and obesity. Therefore, the children's weight and height have been verified in order to calculate the body mass index and a semi-structured interview, based on literature, has been conducted with the principal of each school. The results show that 13% of the children are overweight and 5% are obese. About the schools have, or not, any control measures concerning childhood overweight and obesity, it has been found that none of them possesses direct measures to control this phenomenon. One factor we considered positive is that both schools report their concern about a balanced diet and the practice of physical activities as part of the children's daily lives. We can infer that this concern indicates the opportunity to include public policies related to childhood overweight control. One possibility for this control would be the construction of vegetable gardens and fruit orchards as well as informative lectures for teachers, parents and children since childhood is the best time for prevention and for obtaining positive outcomes for obesity control.

Keywords: overweight. obesity. school

INTRODUÇÃO

As escolas têm reconhecido o seu papel na luta contra o sobrepeso e obesidade infantil (PROCTER et al., 2008) e elas podem constituir-se em um ambiente favorável para medidas de prevenção e intervenção (PROCTER et al., 2008; GORTMAKER et al., 1999). A escola assume esse papel tanto porque as crianças passam boa parte do seu tempo nesse ambiente (PROCTER et al., 2008) quanto por ela compor uma parte crítica do meio social que modela a alimentação e o padrão de atividade física das crianças (ZENZEN; KRIDLI, 2009). Assim, a escola, como promotora de saúde, é propícia à aplicação de programas de educação em saúde em larga escala, incluindo programas de educação nutricional (SCHMITZ et al., 2008) e programas de atividade física (VIUNISKI, 2005).

A aplicação desses programas é necessária, pois, mesmo que não seja clara a ligação entre obesidade infantil e rendimento acadêmico, este tema tem sido estudado nos últimos anos pelos pesquisadores, e sugere-se que, indiretamente, a obesidade afeta a autoestima, o que pode levar a um menor rendimento escolar (HUNT, 2008). Em uma pesquisa, com crianças do ensino fundamental, verificou-se que a maioria das crianças com sobrepeso e obesidade apresentava baixo

rendimento acadêmico em quase todas as atividades em que elas estavam inseridas e baixo desempenho nas atividades de educação física. Essas crianças tinham a tendência de dormir na sala de aula, raramente participavam dos debates, eram lentos em responder às perguntas e demoravam mais tempo para iniciar os estudos (KAFYULILO, 2008).

Outro fato que justifica a aplicação de programas para o controle desse fenômeno pode ser observado na sua alta incidência, como mostram as seguintes pesquisas. Uma delas realizada com 1.927 crianças, de 6 a 11 anos de idade, na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, em escolas públicas e privadas, apresentou os seguintes resultados: nas escolas privadas, no total de 895 alunos, 488 (54,5%) apresentavam risco de sobrepeso ou sobrepeso, e nas escolas públicas, no total de 1.032 alunos, foram encontrados 15,6% para risco de sobrepeso ou sobrepeso (BRASIL; FISBERG; MARANHÃO, 2007).

Um estudo realizado na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais, com 229 alunos entre 5 e 15 anos de idade, em uma escola de ensino fundamental, registrou a seguinte prevalência: a de sobrepeso foi de 11,79% e a de obesidade, 13,53% (XAVIER et al., 2009). Por fim, outra pesquisa realizada no Município de São Paulo, com 2.125 estudantes, de 5ª à 6ª série do ensino fundamental público e privado, apontou 24% dos alunos com sobrepeso ou obesidade, sendo 26% deles nas escolas privadas e 22% nas escolas públicas (NOBRE et al., 2006).

Para que essa realidade possa ser mudada e que programas de educação alimentar aconteçam, o educador deve possuir conhecimentos e habilidades sobre a promoção de uma alimentação equilibrada, procurando incorporá-los ao seu fazer pedagógico (SCHIMITZ et al., 2008). A educação nutricional deve ser abordada como uma tática a ser seguida, para que a comunidade escolar tenha uma alimentação mais saudável e uma boa forma física (TRICHES; GIUGLIANI, 2005).

Um programa de intervenção nutricional foi realizado em Santa Catarina visando à promoção de hábitos alimentares saudáveis em escolares do ensino fundamental. Após a intervenção, não se verificaram mudanças significativas no IMC dos escolares, mas, percebeu-se um aumento da frequência de algumas atitudes e práticas alimentares mais saudáveis, como, por exemplo, nas escolas privadas, a redução significativa no consumo de bolachas recheadas trazidas de casa pelos

meninos, e na escola pública, o aumento significativo do consumo de merenda escolar e aceitação por frutas (GABRIEL; SANTOS; VASCONCELOS, 2008).

Resultado um pouco diferente foi obtido em pesquisa realizada por Veugelers e Fitzgerald (2005), na qual se verificou que escolas que promovem programas de nutrição apresentavam menores taxas de sobrepeso e obesidade, e conseqüentemente, hábitos alimentares mais saudáveis e maior frequência de atividade física quando comparadas com as escolas sem programas de nutrição. .

Em uma pesquisa feita com 573 crianças de escolas municipais do Rio Grande do Sul, a obesidade dos participantes mostrou-se associada com menor conhecimento de nutrição e com práticas de alimentação menos saudáveis presentes nas refeições dessas crianças. Nessa pesquisa, crianças com essas características apresentaram cinco vezes mais probabilidade de serem obesas (TRICHES; GIUGLIANI, 2005).

Uma das formas de praticar uma alimentação saudável na escola é por meio da merenda escolar, que deve seguir um determinado padrão nutricional. Já os alimentos vendidos nas cantinas nem sempre seguem esse padrão, o que faz com que, na maioria das vezes, os alunos acabem optando pelos lanches vendidos nas cantinas. Em contrapartida, existem cantinas que realmente reduziram e substituíram os alimentos não saudáveis por alimentos mais saudáveis (STORY; KAPHINGST; FRENCH, 2006).

A cantina escolar é um local onde podem ser introduzidos novos gêneros alimentícios, tais como frutas de época, sanduíches naturais, sucos e iogurtes. Somente proibir certos alimentos nas cantinas escolares não basta. É preciso haver um programa educativo, para que as modificações sejam explicadas e entendidas pela criança, pelos professores e pelos pais (VIUNISKI, 2005). Qualquer programa de educação alimentar que seja implantado na escola deve induzir uma mudança no comportamento alimentar, orientando e educando, de forma lúdica, sobre nutrição, e promovendo uma atitude positiva da criança diante dos alimentos ricos em nutrientes (VIUNISKI, 2005).

Em relação à prática de educação física, a escola tem se tornado um dos únicos ambientes no qual as crianças ainda praticam algum tipo de esporte, até porque essas aulas muitas vezes são a única possibilidade de essa população ter acesso a práticas esportivas regulares (ALVES, 2007). Os professores, ao

promoverem as aulas de educação física, devem ir além da atividade em quadras, piscinas ou ginásios. Eles têm o dever de conscientizar e incentivar o aluno para a prática regular de esportes e esclarecer que atividades físicas previnem a obesidade, proporcionam prazer, bem-estar, motivação e confiança para os seus praticantes (SANTOS; CARVALHO; GARCIA-JÚNIOR, 2007).

Viuniski (2005) sugere que, além das aulas de educação física, as escolas deveriam instalar programas de combate ao sedentarismo, valorizando ainda mais as aulas de educação física, práticas esportivas, assim como oferecer atividade física específica para grupos de crianças obesas ou com sobrepeso, respeitando as características neuromotoras e protegendo a criança de competições com as crianças não obesas. Outra forma de estimular ainda mais a prática de atividade física nas escolas é incluir também a dança, a ginástica, as atividades rítmicas (ALVES, 2007).

A educação física, como componente curricular da educação básica, deve apresentar a seus alunos essas diversas modalidades esportivas, a fim de que os alunos possam conhecer, experimentar, tomar contato, gostar, escolher e, por fim, praticá-la de maneira regular fora das aulas de educação física, na própria escola ou em alguma instituição que as desenvolva de forma sistematizada em benefício da qualidade de vida (BETTI; ZULIANI, 2002; ALVES, 2007).

Ao acionar tais práticas, a escola, como espaço de promoção de saúde, viria a exercer papel fundamental na mudança do hábito sedentário, uma vez que pode incentivar e fortalecer as capacidades das crianças e dos adolescentes, bem como das suas famílias, para lidar com as multiplicidades dos condicionantes da prática de educação física (GUEDES et al., 2009).

O governo do Canadá, preocupado com o crescimento da obesidade, lançou uma política de aumento de atividade física nas escolas com vistas a combater a obesidade infantil. Para isso, conduziu-se uma meta-análise para determinar os efeitos da atividade física no Índice de Massa Corporal (IMC) de 18.141 crianças do ensino fundamental. O resultado desse estudo revelou que o IMC das crianças não melhorou com intervenções no aumento da atividade física nas escolas, embora essas crianças apresentassem outros benefícios que refletiam na própria saúde. Os autores desse artigo sugerem que a combinação de diferentes

estratégias é necessária para reduzir o IMC das crianças, e não só a prática da atividade física isolada (HARRIS et al., 2009).

Reconhecido o papel da escola na prevenção da obesidade, algumas medidas práticas estão sendo utilizadas pelas escolas no âmbito nacional e internacional tendo em vista esse controle. Entre essas medidas, destacam-se:

- O projeto, “[...] a escola promovendo hábitos alimentares saudáveis”, desde 2001, promove práticas alimentares saudáveis nas escolas de educação infantil e ensino fundamental até a 4ª série, públicas e privadas do Distrito Federal, Brasil. Esse projeto realiza capacitações para educadores, oferecendo bases técnico-pedagógicas e conhecimentos necessários ao trabalho autônomo de educação nutricional na escola, além de oferecer capacitação sobre alimentação saudável para os donos de cantinas escolares (SCHMITZ et al., 2008).

- “Planeta saúde” é uma intervenção que ocorre no horário de aula destinada a reduzir a obesidade de jovens de sexta à oitava série nos Estados Unidos. A intervenção visa a promover atividade física, alertar sobre os fatores de risco da alimentação, como a ingestão de alimentos gordurosos, e diminuir o “uso” da televisão. Para avaliar a eficácia desse programa foi realizada uma pesquisa que trouxe os seguintes resultados: somente redução da obesidade para meninas, sem diferença significativa para os meninos, o que sugere a presença de diferentes fatores que devem operar no estabelecimento da obesidade em função do gênero (GORTMAKER et al., 1999).

- A Centers for Disease Control and Prevention (CDC) (2008) identificou 10 estratégias, que usam da atividade física e da alimentação saudável para ajudar as escolas na prevenção da obesidade. Seguem as estratégias: adicionar programas de saúde que abordem a atividade física e nutrição; manter o conselho de saúde ativo nas escolas; acessar as políticas e programas de saúde da escola e desenvolver melhorias; fortalecer as políticas escolares de alimentação saudável e de atividade física na escola; implementar cursos de educação em saúde; implementar curso de educação física; aumentar as oportunidades dos alunos de participarem na educação física; implementar programas de refeição com qualidade; garantir que os alunos façam escolhas saudáveis nos alimentos oferecidos fora da escola.

- O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantado em 1955, garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Seu objetivo é atender às necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis (FNDE¹, online).

- Programa com o nome de Escolas Promotoras de Saúde, realizado em uma escola pública, em Belo Horizonte, teve o envolvimento de alunos de 12 a 14 anos. Em oficinas semanais eram abordados temas como alimentação e higiene, implementação da horta escolar, confecção de cartazes para palestras para a escola e para a comunidade e experimentação de verduras. Esse programa obteve resultado positivo: participação dos alunos no projeto, compreensão e absorção pelos jovens da estratégia da escola promotora de saúde e envolvimento da comunidade escolar (VIEIRA; FERREIRA; MATTOS, 2005).

Embora já existam alguns programas no Brasil que visem ao controle da obesidade, a realidade evidencia diversas situações que deveriam ser corrigidas, como mostra uma pesquisa realizada com 137 educadores de oito creches do Município de São Paulo, que teve o objetivo de avaliar o conhecimento das educadoras de creches sobre a alimentação nos primeiros anos de vida. Como resultado, verificou-se a necessidade da difusão de programas para incorporação de conhecimentos para promover boa alimentação e hábitos alimentares saudáveis, pois o conhecimento obtido por meio de sua formação e da prática foi insuficiente (SHIMABUKURO; NOVAES; TADDEI, 2008).

Outra situação que deveria ser corrigida é revelada por uma pesquisa feita em dez municípios brasileiros, sendo dois de cada região geográfica para avaliar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). As informações foram obtidas a partir de visitas às escolas e entrevistas com 2.678 escolares. Verificou-se que a adesão ao programa de alimentação escolar é baixa, além de ser fortemente afetada pelas variáveis socioeconômicas, idade e estado nutricional dos alunos. Embora concebido para ser universal, na prática, assume caráter focalizado,

¹ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

beneficiando os alunos mais novos e principalmente os escolares comprometidos nutricionalmente, cujas famílias possuem menores rendimentos e escolaridade (STURION et al., 2005).

Diante dessa situação, o objetivo da presente pesquisa foi verificar a prevalência de sobrepeso e obesidade em escolares de 5^a e 6^a série em duas escolas públicas e a utilização de práticas de prevenção e controle do sobrepeso e obesidade infantil por elas.

MÉTODO

Participantes

Participaram diretores de suas escolas públicas em uma cidade do interior do Paraná e 139 alunos matriculados na 5^a e 6^a série do ensino fundamental e seus responsáveis. Os alunos tinham idade entre 10 e 14 (idade média=11,45), sendo 64% do sexo feminino (n=87) e 36% (n=50) do sexo masculino.

Instrumentos

Verificação das Práticas Escolares no Controle da Obesidade: consiste em uma entrevista semiestruturada, elaborada para a pesquisa, com base na literatura, com o diretor da escola, para verificar as práticas utilizadas pelas escolas participantes no controle da obesidade.

Índice de Massa Corporal (IMC): foi avaliado de acordo com os critérios do Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos EUA (*Centers for Disease Control and Prevention – CDC*), que estabelece que o valor do IMC é obtido pelo peso, em kg, dividido pelo quadrado da altura, em metros (VIUNISKI, 2005). Ao obter o valor do IMC, comparam-se os dados com gráficos para o sexo feminino e para o masculino e tem-se a indicação se a criança está com baixo peso, peso normal, sobrepeso e obesidade.

Procedimentos

Após a seleção das escolas, em uma amostragem por conveniência, fez-se contato com a direção para obter a autorização para realizar a pesquisa. Obtida a autorização das escolas, a pesquisadora foi a cada uma delas entregar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para o diretor da escola e outro para as crianças levarem para seus pais, com a finalidade de informar-lhe sobre os objetivos da pesquisa e seus direitos como participantes, sendo enfatizada que a participação do aluno seria voluntária e anônima.

Após o consentimento dos pais, foi verificado o peso e a altura de cada criança. Para isso, em um ambiente reservado, foram utilizadas uma balança e uma fita métrica. Em seguida, a pesquisadora realizou a entrevista com o diretor de cada escola participante, sendo que cada entrevista totalizou em média 20 minutos.

O presente projeto foi avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética do Setor de Saúde do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná, sob o registro CEP/SD: 966.091.10.07 e CAAE: 0046.0.091.000-10.

Análise dos dados

Para a verificação das práticas escolares para o controle da obesidade foi feita uma análise qualitativa de categorias de respostas discursivas. As análises das respostas abertas foram feitas com base em categorização de equivalência semântica de conteúdo. A categorização dos dados foi efetuada após a realização de todas as entrevistas, em consonância com os temas destacados no referencial teórico e com base na proposta de pesquisa. Em um sistema de categorização de eventos comportamentais (no caso da presente pesquisa o comportamento é o relato verbal dos participantes), são essenciais a descrição precisa das variáveis e a operacionalização dos eventos de acordo com uma dada dimensão comportamental. Conforme Danna e Matos (1999, p. 134), a definição de um evento em uma dada categoria deve: “a) ser objetiva, clara e precisa; b) ser expressa na forma direta e afirmativa; c) incluir somente elementos que lhe sejam pertinentes; d) ser explícita e completa”. É preciso, ainda, evitar o conceito “circular”, ou seja: o termo utilizado não pode ser apresentado na sua definição, e devem ser evitados termos subjetivos ou

fatos interpretados ou inferidos (CUNHA, 1975; FAGUNDES, 1992; ZAMIGNANI; MEYER, 2007).

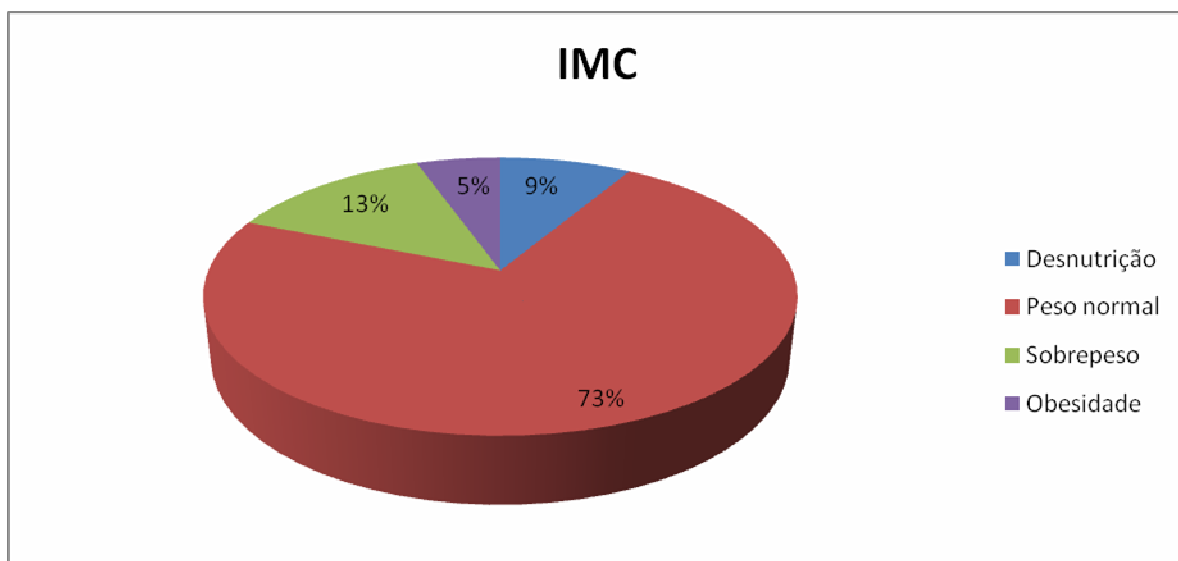
De acordo com Ludke e André (1986), na entrevista a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde, o que permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos.

Por fim, os dados coletados de peso e altura das crianças foram armazenados por meio do programa *Statistical Package for the Social Sciences* – SPSS (versão 15). Através do *software*, foram geradas medidas descritivas (percentagens, média, desvio-padrão, mediana etc) e foi realizada a comparação entre as escolas com o Teste T de Student (razão peso/altura) e o teste Qui-quadrado (prevalência de sobrepeso e obesidade). O nível de significância utilizado foi 0,05.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A prevalência do sobrepeso e da obesidade no mundo todo tem aumentado e tem sido apontada como uma epidemia (MELLO; LUFT; MEYER, 2004; PHILIPSEN; PHILIPSEN, 2008) ou, até mesmo, como uma pandemia (TRONCON et.al., 2007). A Figura 1 demonstra a distribuição das crianças conforme os grupos designados a partir do Índice de Massa Corpórea.

Figura 1 - IMC das crianças classificadas em desnutrição, peso normal, sobrepeso e obesidade

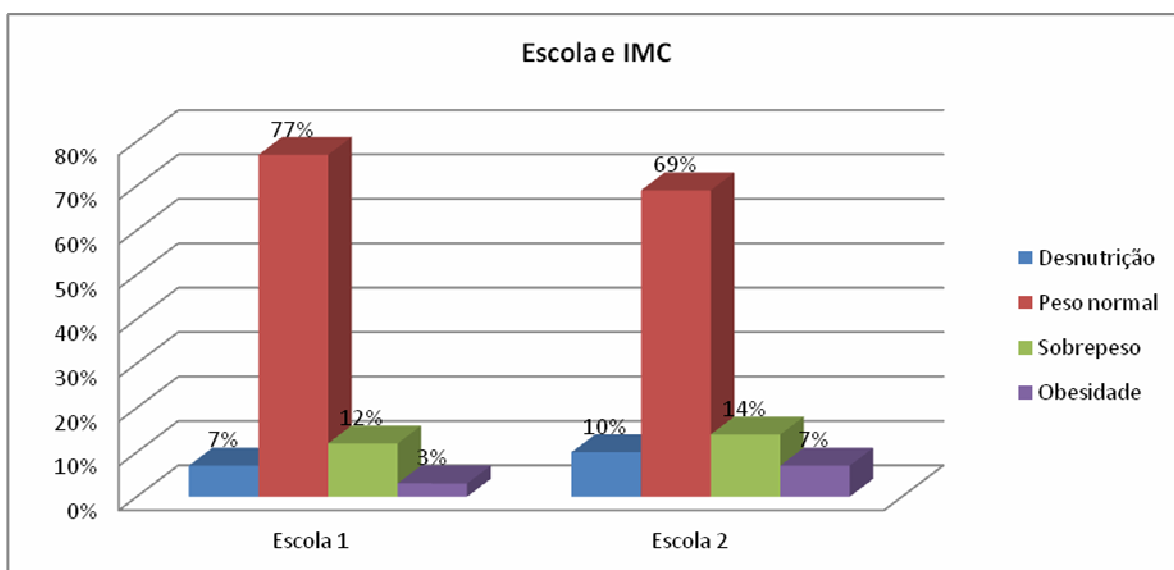


Fonte: Elaborado por Ana Paula Franco Mayer e Lidia Dobrianskyj Weber

Os dados da Figura 1 mostram que 13% das crianças estão com sobrepeso, e 5%, com obesidade, fato que condiz com a literatura, que aponta uma frequência de obesidade infantil que varia de 5 a 18%, de acordo com a região estudada (RINALDI et al., 2008). Outro dado verificado foi o de que a desnutrição apresentou uma porcentagem de 9%, sendo menor que o número total de sobrepeso e obesidade, que é 18%. Este fato também é confirmado pela literatura, a qual afirma que, no Brasil, vive-se uma inversão nutricional, ou seja, a obesidade está aumentando em todas as faixas etárias, enquanto a desnutrição está diminuindo (VIUNISKI, 2005).

Calculando o IMC das crianças de acordo com a escola que frequenta, observou-se que não apresenta relação estatisticamente significativa, conforme apresentado na Figura 2, sendo a prevalência de obesidade para escola 1 de 3% e para a escola 2, de 7%.

Figura 2 – Relação entre as escolas participantes e o IMC das crianças ($X^2=1,6$, $gl=3$, $p>0,05$)



Fonte: Elaborado por Ana Paula Franco Mayer e Lidia Dobrianskyj Weber

A literatura é vasta no número de pesquisas que têm como objetivo verificar a prevalência de sobrepeso e obesidade infantil. Observa-se também a sua alta prevalência, como mostram os resultados de pesquisas em diversas regiões do país. A obesidade é uma doença cuja prevalência vem aumentando nas últimas décadas (TRONCON et.al., 2007) e os estudos apresentados a seguir trazem dados que apontam para a alta incidência dessa doença nas crianças.

a) Crianças de seis a quatorze anos de um ambulatório de pediatria e de uma escola, ambos situados no *campus* da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) na cidade de Campinas, apresentaram a seguinte prevalência: a amostra do ambulatório era composta por 107 crianças, das quais 13,1% delas estavam com sobrepeso e 11,2% com obesidade, e a amostra de escolares era de 109 crianças, das quais 16,5% estavam com sobrepeso e 20,2% com obesidade (TRONCON et al., 2007)

b) Estudo realizado no Estado da Bahia, no Brasil, com crianças entre 5 a 9 anos, sendo 415 de escolas públicas e 284 de escolas particulares, com prevalência para escolas privadas de 13,4% de sobrepeso e 7% de obesidade, enquanto para os alunos das escolas públicas, o diagnóstico de sobrepeso e

obesidade aconteceu respectivamente em 6,5% e 2,7% alunos (OLIVEIRA; CERQUEIRA; OLIVEIRA, 2003).

c) Estudo feito no Recife, com 1.616 crianças e adolescentes, identificou sobrepeso em 234 (14,5%) e obesidade em 134 (8,3%). Nesse estudo, a prevalência de sobrepeso e obesidade foi maior nos pré-escolares, seguido dos escolares e adolescentes (SILVA; BALABAN; MOTTA, 2005).

Para a análise qualitativa das escolas participantes foram escritas as perguntas e em seguida a análise das respostas dadas pelos diretores. A questão 1 que foi perguntada às diretoras era: “*Você ouviu falar nos últimos tempos sobre o tema: obesidade na infância?*”, dividida em duas categorias: ouvir falar ou não ouvir falar sobre esse tema; as duas diretoras afirmaram ter ouvido falar sobre esse tema. A questão 2, “*A escola possui alguma medida no controle da obesidade?*”, dividida em duas categorias: possuir ou não possuir alguma medida no controle da obesidade, mostrou que nenhuma das escolas tem alguma medida para esse tipo de controle.

Em relação à atividade física, a questão 3 consistiu em descrever: “*Como são as aulas de educação física?*”, e as duas diretoras descreveram como sendo a maioria prática. A questão 4 era: “*Quantas aulas de educação física os alunos têm na semana?*” E as duas diretoras responderam que as crianças têm três aulas por semana. A questão 5 era sobre se “*A escola tem algum projeto de incentivo à atividade física?*” A diretora da escola 1 (Escola DC) demonstrou vontade de ter esse tipo de atividade. O problema era que essa atividade seria realizada no final da tarde, o que poderia acarretar riscos para as crianças no trajeto de suas casas até a escola, devido a muitas crianças terem que fazer esse trajeto sozinhas, e, por isso, optou-se em não ter esse tipo de atividade por uma questão de segurança aos alunos. A escola 2 (Escola SJ) mencionou que até o ano passado desenvolvia atividade física duas vezes por semana no período da manhã para alunos da tarde, mas este ano, devido à falta de um professor de educação física, esta atividade precisou ser cancelada.

No que se refere à alimentação, a questão 6 perguntada era: “*Existe algum momento durante as aulas que é dedicado a falar sobre a alimentação?*” Dividida em duas categorias: ter ou não ter um momento para falar desse tema. As

duas diretoras mencionaram que este conteúdo é abordado na disciplina de ciências, e a diretora da escola 1 mencionou que ela acha que o professor de educação física também aborda esse tema. A questão 7 era sobre se “*A maioria dos alunos compram lanche na cantina, trazem de casa ou a escola fornece?*”, e em seguida havia a questão 8, que era sobre se “*A cantina da escola pode vender tudo ou existem restrições?*” A diretora da escola 1 disse que eles têm somente a merenda que é oferecida pela escola, e a diretora da escola 2 disse que a maioria dos alunos come a alimentação oferecida pela escola. As duas diretoras mencionaram que a merenda escolar é rica em verduras; que três vezes por semana a merenda é salgada, e duas vezes, doce. Em relação a frutas, a diretora da escola 1 mencionou não se lembrar de comprá-las, e a diretora da escola 2 disse não ter verba suficiente para tê-las no lanche das crianças. A escola 1 não tem cantina escolar e a diretora está iniciando a venda de pirulitos de chocolate, e a escola 2 tem uma cantina, e, segundo a diretora, funciona dentro dos critérios que são exigidos pela lei, sem frituras, refrigerantes, salgadinho, balas e pirulitos, mas oferece bolos, assados, pizza, *chocomilk* e, às vezes, iogurte. Essa cantina fez a tentativa de vender frutas para os alunos, porém não tinha muita saída.

A questão 9, também referente à alimentação, era: “*A escola tem algum programa sobre reeducação alimentar?*”, dividida em duas categorias, ter ou não esse tipo de programa. As duas diretoras responderam que a escola não tem nenhum programa dessa ordem; o único momento em que se fala sobre esse tema é durante a exposição do conteúdo relacionado às disciplinas que abordam o tema alimentação. Por fim, a última pergunta era se “*A escola tem algum outro projeto integrado, como horta, por exemplo?*” E as duas escolas não têm esse tipo de atividade, porque não há um espaço para fazer uma horta.

De modo geral, observa-se que as escolas não têm nenhum programa dedicado especialmente à questão do sobrepeso e da obesidade, apesar de a prevalência da amostra estudada ter ficado em 13% de sobrepeso e 5% de obesidade para as crianças. Este tema parece ainda não ser considerado um problema para as escolas, pois é provável que voltem suas preocupações para outros temas, como, por exemplo, a própria violência, como foi mencionada pela escola 1.

Um fator considerado positivo é que as duas escolas, de maneira geral, dizem que estão preocupadas com uma alimentação equilibrada e com a prática de atividade física como algo comum ao dia a dia das crianças, mesmo que a diretora da escola 1 esteja vendendo pirulito de chocolate para as crianças. Aproveitando essa preocupação das escolas é necessário incluir políticas públicas para o controle do excesso de peso nessas crianças, como, por exemplo, a construção de hortas e pomares de frutas e proferir palestras informativas para professores, pais e crianças, pois a prevenção na infância é o melhor momento para obter resultados positivos para o controle da obesidade.

Dessa forma, a escola pode contribuir ou não, para o aumento no consumo de alimentos ricos em gordura e com alto valor calórico, excessivo sedentarismo e aumento de hábitos que não geram gasto calórico como assistir à televisão, usar vídeo games e computadores, podendo acarretar a obesidade

Por fim, as escolas podem ter um importante papel na prevenção da obesidade. Elas podem trabalhar em conjunto com a comunidade para criar um ambiente para promover uma boa nutrição, atividade física e um peso saudável, por meio de alimentos saudáveis, programas de educação física e aulas sobre saúde (STORY et al., 2006). No entanto, sabe-se que há poucos incentivos financeiros para as escolas irem além do ensino tradicional de educação física e para melhorar o estado nutricional das crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O excesso de peso, classificado em sobrepeso e obesidade, teve a sua incidência elevada, perfazendo um total de 18%, entre as crianças pesquisadas. Para compreender essa epidemia é importante considerar, além dos fatores individuais de cada criança, o papel da escola no desenvolvimento do excesso de peso.

A escola pode constituir-se em um ambiente promotor de saúde e influenciar nas condições de um IMC saudável, ajudando desse modo no controle da obesidade. Portanto, a escola “se configura como uma das primeiras situações instituídas além da família, a proporcionar experiências e desafios, constituindo-se

assim em um espaço privilegiado para o desenvolvimento infantil” (MARTURANO; LOUREIRO, 2003, p. 260).

Quanto ao papel da escola para o controle do excesso de peso, as escolas participantes não apresentaram nenhum programa dedicado especialmente a esta temática, porém as diretoras relatam estarem preocupadas com uma alimentação equilibrada e com a prática de atividade física como algo pertencente ao dia a dia das crianças. Ao mesmo tempo isso parece contraditório, ao verificar que em uma das escolas tem venda de chocolates e talvez isso ocorra por falta de informações sobre as práticas de alimentação infantil por parte das figuras de autoridade da escola.

Utilizar-se da escola para desenvolver projetos para o controle desse fenômeno, possibilitaria reduzir as probabilidades de dificuldades e problemas graves de saúde física e psicológica, tanto de exteriorização (agressividade, apatia, fracasso escolar) quanto de interiorização (ansiedade, depressão). Por extensão, tais projetos podem beneficiar toda a sociedade, uma vez que um público cada vez maior estaria informado sobre a influência da escola para a prevenção do sobrepeso e obesidade infantil, que vêm crescendo de forma sistemática nas últimas décadas e que vêm causando diversas consequências à saúde das crianças. Dessa forma, as escolas são um excelente local para a propagação de informações para pais e professores que, por sua vez, atingem as crianças e, assim, contribuem para um desenvolvimento mais saudável.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ubiratan Silva. Não ao sedentarismo, sim à saúde: contribuições da educação física escolar e dos esportes. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 9, n. 4, p. 464-469, out./dez. 2007.

BETTI, Mauro; ZULIANI, Luis Roberto. Educação física escolar: uma proposta de diretrizes pedagógicas. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, Bauru, v.1, n.1, p. 73-81, jun./set. 2002.

BRASIL, Lana do Monte Paula; FISBERG, Mauro; MARANHÃO, Hécio de Sousa. Excesso de peso de escolares em região do nordeste brasileiro: contraste entre as redes de ensino pública e privada. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 7, n. 4, p. 405-412, out./dez. 2007.

CDC. **Make a difference at your school:** CDC Resources can help you implement strategies to prevent obesity among children and adolescents. jan.2008. Disponível em: <<http://www.cdc.gov/healthyyouth/keystrategies/pdf/make-a-difference.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2010.

CUNHA, Walter Hugo de Andrade. Alguns princípios de categorização, descrição e análise do comportamento. **Ciência e Cultura**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 15-24, 1975.

DANNA, Marilda Fernandes; MATOS, Maria Amélia. **Ensinando observação:** uma introdução. São Paulo: Edicon, 1999.

FAGUNDES, Antônio Jayro da Fonseca Motta. **Descrição, definição e registro de comportamento.** São Paulo: Edicon, 1992.

FNDE. **Programas:** alimentação escolar. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>>. Acesso em: 24 fev. 2009.

GABRIEL, Cristine Garcia; SANTOS, Melina Valério dos; VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Avaliação de um programa para promoção de hábitos alimentares saudáveis em escolares de Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 8, n. 3, p. 299-308, set. 2008.

GORTMAKER, S. L. et al. Reducing obesity via school-based interdisciplinary intervention among youth planet health. **Archives of Pediatrics Adolescent Medicine**, Boston, v. 153, n. 4, p. 409-418, apr. 1999.

GUEDES, Nirla Gomes et al. Atividade física de escolares: análise segundo o modelo teórico de Pender. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 43, n.4, p.774-780, dez. 2009.

HARRIS, Kevin C. et al. Effect of school-based physical activity interventions on body mass index in children: a meta-analysis. **Canadian Medical Association Journal**, Ottawa, v. 134, n. 8, p. 2090-2105, mar. 2009.

HUNT, James B. **Childhood obesity and academic outcomes.** dec. 2008. Disponível em: <http://www.hunt-institute.org/elements/media/files/Hunt_Obesity_Memo.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2009.

KAFYULILO, Ayoub Cherd. **Prevalence and implications of overweight and obesity in children's health and learning behavior:** the case of Kinondoni and Njombe Districts in Tanzania. Dissertation (Master of Arts - Education) – University of Dar es Salaam, Tanzânia, 2008.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1986.

MATURANO, Edna Maria; LOUREIRO, Sonia Regina. O desenvolvimento socioemocional e as queixas escolares. In: DEL PRETTE, Almir; DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira. (Ed.). **Habilidades sociais, desenvolvimento e aprendizagem: questões conceituais, avaliação e intervenção**. Campinas: Alínea, 2003.

MELLO, Elza D.; LUFT, Vivian C.; MEYER, Flavia. Obesidade Infantil: como podemos ser eficazes? **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 80, n. 3, p. 173-182, out./jan. 2004.

NOBRE, Moacyr Roberto Cuce et al. Prevalências de sobrepeso, obesidade e hábitos de vida associados ao risco cardiovascular em alunos do ensino fundamental. **Revista da Associação Médica Brasileira**, São Paulo, v. 52, n. 2, p. 118-124, mar./abr. 2006.

OLIVEIRA, Ana Mayra A.; CERQUEIRA, Eneida M. M.; OLIVEIRA, Antonio César. Prevalência de sobrepeso e obesidade infantil na cidade de Feira de Santana-BA: detecção na família x diagnóstico clínico. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 79, n. 4, p. 325-328, out./abr. 2003.

PHILIPSEN, Nina M.; PHILIPSEN, Nayna C. Childhood overweight: prevention strategies for parents. **Journal of Perinatal Education**, Washington, v. 17, n. 1, p. 44-47, dec. 2008.

PROCTER, Kimberley L. et al. Measuring the school impact on child obesity. **Social Science & Medicine**, Oxford, v. 67, n. 2, p. 341-349. jul./apr. 2008.

RINALDI, Ana Elisa M. et al. Contribuições das práticas alimentares e inatividade física para o excesso de peso infantil. **Revista Paulista de Pediatria**, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 271-277. fev./jun. 2008.

SANTOS, André Luís dos; CARVALHO, Antonio Luiz de; GARCIA-JÚNIOR, Jair Rodrigues. Obesidade infantil e uma proposta de educação física preventiva. **Motriz**, Rio Claro, v. 13, n. 3, p. 203-213. jul./set. 2007.

SCHMITZ, Bethsáida de Abreu Soares et al. A escola promovendo hábitos alimentares saudáveis: uma proposta metodológica de capacitação para educadores e donos de cantina escolar. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, sup. 2, p. S312-S322, 2008.

SHIMABUKURO, Elaine Emy; OLIVEIRA, Mariana de Novaes; TADDEI, José Augusto de A. C. Conhecimentos de educadores de creches sobre alimentação infantil. **Revista Paulista de Pediatria**, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 231-237, dez./jun. 2008.

SILVA, Giselia Alves Pontes da; BALABAN, Geni; MOTTA, Maria Eugênia F. de A. Prevalência de sobrepeso e obesidade em crianças e adolescentes de diferentes condições socioeconômicas. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v.5, n.1, p. 53-59, jan./março. 2005.

STORY, Mary; KAPHINGST, Karen M.; FRENCH, Simone. The role of schools in obesity prevention. **Future of Children**, Princeton, v. 16, n. 1, p. 109-142, 2006.

STURION, Gilma Lucazechi et al. Fatores condicionantes da adesão dos alunos ao programa de alimentação escolar no Brasil. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 167-181, mar./abr. 2005.

TRICHES, Rosane Márcia; GIUGLIANI, Elsa Regina Justo. Obesidade, práticas alimentares e conhecimentos de nutrição em escolares. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 39, n.4, p.541-547, aug. 2005.

TRONCON, Júlia Kefalás et al. Prevalência de obesidade em crianças de uma escola pública e de um ambulatório geral de pediatria de hospital universitário. **Revista Paulista de Pediatria**, São Paulo, v. 25, n. 4, p. 305-310, dez. 2007.

VEUGELERS, Paul J.; FITZGERALD, Angela L. Effectiveness of school programs in preventing childhood obesity: a multi level comparison. **American Journal of Public Health**, Washington, v. 95, n. 3, p. 432-435, mar. 2005.

VIEIRA, Estela Aparecida Oliveira; FERREIRA, Efigênia Ferreira e; MATTOS, Flávio de Freitas. A influência dos agentes mirins num programa de escola saudável. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, João Pessoa, v. 9, n. 3, p. 245-254, set./dez. 2005.

VIUNISKI, Nataniel. **Obesidade infantil**: um guia prático para profissionais da saúde. 2. ed. Rio de Janeiro: Epub. 2005.

XAVIER, Marcela Martins et al. Fatores associados à prevalência de obesidade infantil em escolares. **Pediatria Moderna**, São Paulo, v. 45, n. 3, p. 105-108, maio/jun. 2009.

ZAMIGNANI, Denis Roberto; MEYER, Sonia Beatriz. Comportamento verbal no contexto clínico: contribuições metodológicas a partir da análise do comportamento. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, São Paulo, v. 9, n. 2, 2007. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbtcc/v9n2/v9n2a08.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2011.

ZENZEN, Wanda; KRIDLI, Suha. Integrative review of school-based childhood obesity prevention programs. **Journal of Pediatric Health Care**, Boston, v.23, n.4, p.242-258, jul./aug. 2009.